



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Fazenda



Resultado do Tesouro Estadual – 6º Bimestre/2016

Vitória-ES, Fevereiro/2017



SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2016 se caracterizou pela continuidade do ajuste fiscal nas contas públicas do Estado.

Cumprir destacar que, em 2015, foram pagos R\$ 159 milhões com recursos de caixa em despesas realizadas em 2014 e não contabilizadas (hospitais filantrópicos, cooperativas médicas, serviços penitenciários, PASEP, etc).

Em 2016 o resultado do Tesouro Estadual foi deficitário em R\$ -153 milhões, que pode ser justificado pelo agravamento e a persistência da crise econômica. No Espírito Santo, esse quadro é agravado por fatores locais: (i) ciclo de negócios vinculado a commodities; (ii) desastre ambiental de Mariana; (iii) pior seca do século; (iv) queda nas rendas petrolíferas.

As Receitas de Caixa de 2016 apresentaram recuo real de -8,8%, em relação ao exercício anterior. Somente as rendas do petróleo (royalties e participação especial) tiveram queda real de -33,4%.

No que se refere às Despesas, as medidas estabelecidas pelo governo para alcançar o equilíbrio fiscal a partir da contenção e qualificação dos gastos vem apresentando resultados, com queda real de -7,2% na Despesa Total, com destaque para a queda real de -10% nas despesas com o custeio da máquina pública e -3,8% nas despesas com pessoal e encargos



ÍNDICE

A. PODER EXECUTIVO

- 1 – Resultado do Tesouro Estadual
- 2 – Receita Orçamentária
- 3 – Receita de Operação de Crédito
- 4 – Despesa Total
- 5 – Despesa com Pessoal e Precatórios
- 6 – Despesa com Custeio
- 7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual
- 8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Operações de Crédito e Aplicações Mínimas

B. SETOR PÚBLICO ESTADUAL

- 1 – Resultado Primário
- 2 – Resultado Nominal
- 3 – Acompanhamento das Metas Fiscais

C. ANEXO I

- 1 – Painel dos Resultados do Tesouro Estadual



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Fazenda



INTRODUÇÃO

A presente publicação apresenta o quadro das Finanças do Estado, com uma análise dos principais indicadores fiscais, das receitas e despesas, dos resultados do tesouro estadual, orçamentário, primário e nominal.

A composição e a evolução desses números, bem como os fatores que os influenciaram, podem ser conhecidas em tópicos específicos de cada item.



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Fazenda



RESULTADO DO PODER EXECUTIVO



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Fazenda



1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

O resultado do Tesouro é um conceito de poupança do Poder Executivo, no qual se deduz da receita de caixa (receita total deduzida das transferências legais e constitucionais que o Estado deve realizar e das demais receitas vinculadas) os duodécimos repassados aos Demais Poderes (Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) e as despesas realizadas com recursos de caixa.

A apuração destes valores demonstra, ao final, o saldo da execução orçamentária com recursos de caixa e a liquidez do Tesouro.



1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Tabela 1: Resultado do Tesouro Estadual

Execução do Tesouro	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2016	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2016/2015
Receita de Caixa do Tesouro	10.421.847	10.104.108	-3,0	-8,8	-317.739
Duodécimos aos Poderes	1.740.726	1.839.000	5,6	-0,6	98.274
Despesa Empenhada do Executivo	8.789.263	8.417.907	-4,2	-9,9	-371.356
PESSOAL	4.882.794	4.928.837	0,9	-5,0	46.043
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.285.569	2.074.395	-9,2	-14,6	-211.174
FINANCIAMENTO FUNDAP	504.528	387.006	-23,3	-27,8	-117.522
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	552.398	573.650	3,8	-2,3	21.252
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	235.997	217.541	-7,8	-13,3	-18.455
PAGAMENTO DO PASEP	114.846	110.309	-4,0	-9,6	-4.538
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA ¹	213.130	126.168	-40,8	-44,3	-86.962
Resultado do Tesouro	-108.142	-152.799			-44.658

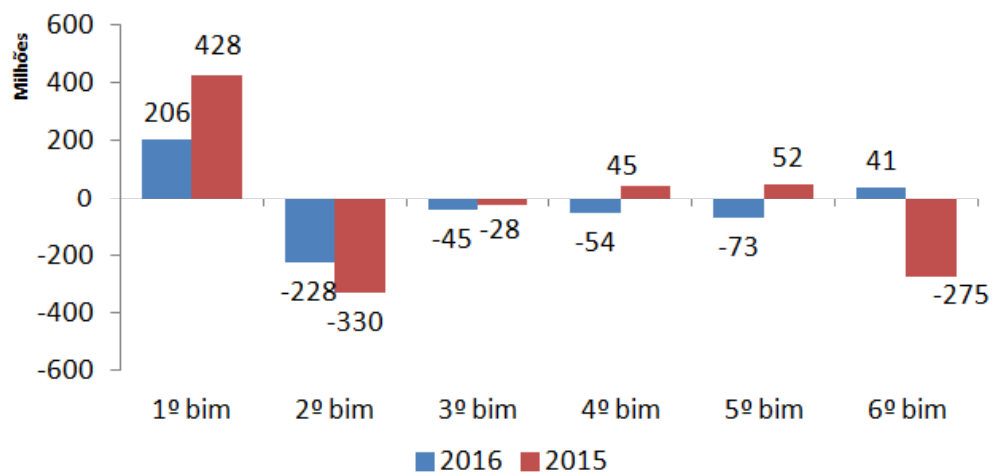
Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



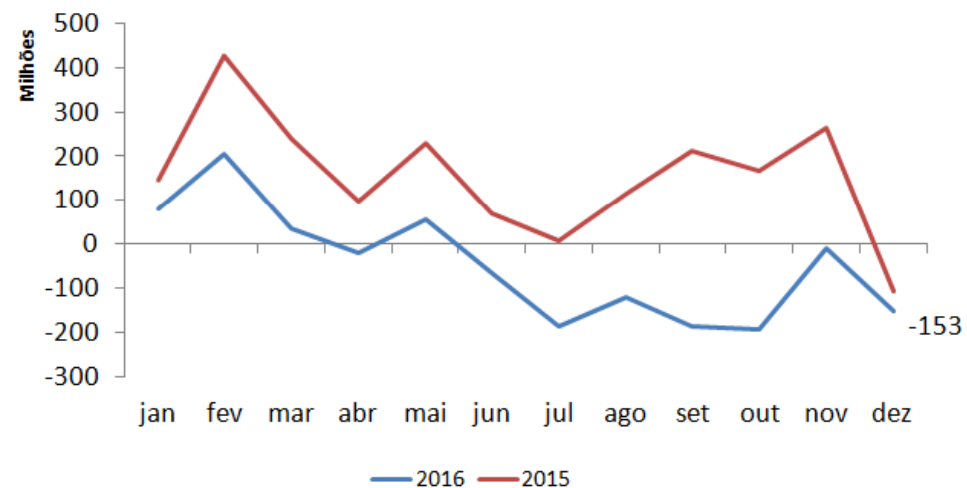
1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Gráfico 1 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Bimestral



Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ

Gráfico 2 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Acumulado



Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita Total realizada em 2016 apresentou uma queda nominal de **-0,1%** em relação ao mesmo período de 2015. Descontada a inflação do período, verifica-se queda real de **-6,0%**.

Tabela 2: Evolução da Receita Total

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2016	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil Variação 2016/2015
RECEITA TOTAL	14.816.084	14.797.830	-0,1	-6,0	-18.254
Receitas de impostos e taxas	11.183.793	10.515.374	-6,0	-11,5	-668.419
ICMS - Inclusive FUNDAP	9.009.536	8.605.340	-4,5	-10,1	-404.195
Taxas	564.013	574.857	1,9	-4,1	10.844
Recuperação da dívida ativa	486.179	221.445	-54,5	-57,1	-264.733
IPVA	457.812	470.629	2,8	-3,3	12.816
IRRF	590.212	588.049	-0,4	-6,3	-2.164
ITCMD	76.041	55.054	-27,6	-31,9	-20.987
Receitas de Transferências	4.535.476	4.544.120	0,2	-5,7	8.644
Royalties e Participações Especiais	1.358.568	970.711	-28,5	-32,8	-387.858
FPE	1.145.732	1.369.327	19,5	12,4	223.595
Educação - FNDE e FUNDEB	1.006.696	973.700	-3,3	-9,0	-32.996
Saúde - SUS	552.751	579.333	4,8	-1,4	26.582
Cota-parte do IPI	270.435	268.294	-0,8	-6,7	-2.142
FEX e Lei Kandir	133.275	247.635	85,8	74,8	114.360
Outras transferências	68.019	135.121	98,7	86,9	67.102
Outras Receitas (voluntárias e outras)	681.875	897.548	31,6	23,8	215.673
Receitas de Operações de Crédito	391.423	299.084	-23,6	-28,1	-92.339
Receitas Transferidas	-4.539.941	-4.305.479	-5,2	-10,8	234.462
Aporte de Recursos para formação do Fundeb	-1.768.440	-1.709.527	-3,3	-9,1	58.913
Repasso Constitucional aos Municípios	-2.771.501	-2.595.952	-6,3	-11,9	175.549
Receitas do Instituto de Previdência	2.563.458	2.847.183	11,1	4,5	283.725

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS (sem FUNDAP) realizada no exercício de 2016 apresentou queda nominal de **-2,8%** em relação ao mesmo período de 2015.

Tabela 3: Evolução da Receita I

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2016	Variação		R\$ Mil Variação 2016/2015
			Nominal (%)	Real (%)	
ICMS (SEM FUNDAP)	8.301.039	8.070.611	-2,8	-8,5	-230.428
Substituição Tributária	2.189.470	2.392.373	9,3	2,8	202.903
Energia Elétrica	1.221.317	1.214.445	-0,6	-6,4	-6.872
Diversos	451.368	546.437	21,1	13,9	95.068
Comércio Exterior	240.232	148.655	-38,1	-41,8	-91.577
Comunicação	544.065	562.226	3,3	-2,8	18.161
Comércio	1.620.124	1.594.774	-1,6	-7,4	-25.349
Simples Nacional	311.383	299.573	-3,8	-9,5	-11.810
Transportes	315.944	332.458	5,2	-1,0	16.514
Indústria	1.407.136	979.670	-30,4	-34,5	-427.466

Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

No ano 2016 a Receita de Caixa apresentou queda nominal de **-3,0%** em relação ao mesmo período de 2015. Se considerada a inflação do período, temos uma queda real de **-8,8%**.

DEFINIÇÃO: Receita de Caixa é constituída pela Receita Total do Estado, excluída as transferências constitucionais e legais aos municípios e as vinculadas a programas específicos.



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria da Fazenda



Tabela 4: Receita de Caixa do Tesouro

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2016	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil Variação 2016/2015
Receita Total	14.816.084	14.797.830	-0,1	-6,0	-18.254
Receita Vinculada	4.394.237	4.693.722	6,8	0,5	299.485
Receita de Caixa do Tesouro	10.421.847	10.104.108	-3,0	-8,8	-317.739
ICMS NORMAL	6.193.323	6.037.043	-2,5	-8,3	-156.280
ITCMD	76.041	55.054	-27,6	-31,9	-20.987
IPVA	228.907	235.315	2,8	-3,3	6.407
Outras Receitas (Taxas, Contribuição,...)	1.067.731	1.168.608	9,4	3,0	100.877
ICMS FUNDAP	531.373	401.047	-24,5	-29,0	-130.325
Cota-Parte IPI	202.827	201.220	-0,8	-6,7	-1.606
FUNDEB	917.526	882.918	-3,8	-9,5	-34.608
IRRF	590.212	588.041	-0,4	-6,3	-2.171
Cota-Parte FPE	1.145.732	1.369.327	19,5	12,4	223.595
Receita Transferida ao FUNDEB	-1.768.440	-1.709.527	3,3	-9,1	58.913
Royalties e Participação Especial	1.236.614	875.060	-29,2	-33,4	-361.554

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2016	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	Variação 2016/2015
Receita de Caixa sem Rendas do Petróleo	9.185.232	9.229.047	0,5	-5,5	43.815
Receita de Caixa do Tesouro sem FUNDAP	9.917.319	9.717.101	-2,0	-7,8	-200.217

Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita de Caixa realizada em 2016 alcançou 97% do previsto para todo o exercício no Decreto de Programação Financeira.

Tabela 5: Receita Prevista x Receita Realizada R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Programação Financeira*	% Realizado	Últimos 12 meses
Receita Corrente Líquida	11.965.072	99,3	11.884.435
Receita de Caixa do Tesouro	10.418.860	97,0	10.104.108
Receita Vinculada	5.711.532	82,2	4.693.722
Receita Total	16.130.392	91,7	14.797.830

Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ

Nota:

*Decreto nº 3944-R de 17 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2016.



3 – Receita de Operação de Crédito (PODER EXECUTIVO)

Tabela 6: Receita de Operação de Crédito

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ Mil			
	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2016	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Operações de Crédito Internas	346.250	213.103	-38,5	-36,2
BNDES - BRT GV	33.388	4.119	-87,7	-82,5
BNDES - PROP AE	310.305	208.915	-32,7	-30,7
CEF - Manejo de Águas Pluviais RMGV	2.558	68	-97,3	-91,6
Operações de Crédito Externas	35.956	85.981	139,1	130,9
BID - PROFAZ	2.668	3.201	20,0	18,8
BID - PRES III	33.289	64.419	93,5	88,0
BIRD - GESTÃO INTEGRADA DE ÁGUAS E PAISAGENS	-	18.361	-	-
TOTAL*	382.206	299.084	-21,7	-20,5

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

*Estão apresentadas apenas as operações em execução em 2016

Dentre as receitas de Operações de Crédito, destacam-se as destinadas à melhoria da infraestrutura viária do Estado, com projetos específicos para a Região Metropolitana, como o BRT com o BNDES e o Programa Rodoviário III, com o BID, que se propõem a investimentos nas rodovias do Espírito Santo.



4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa Total do Estado apresentou uma queda real de **-7,2%** em 2016, comparada ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 7: Despesa Empenhada - Poder Executivo / Todas as Fontes

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2016	Variação		Variação 2016/2015
			Nominal (%)	Real (%)	
PESSOAL	7.164.583	7.350.295	2,6	-3,5	185.713
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.203.056	3.060.320	-4,5	-10,1	-142.736
FINANCIAMENTO FUNDAP	504.528	387.006	-23,3	-27,8	-117.522
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	556.603	578.490	3,9	-2,2	21.887
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	235.997	217.541	-7,8	-13,3	-18.455
PAGAMENTO DO PASEP	143.231	141.443	-1,2	-7,1	-1.788
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	634.893	543.584	-14,4	-19,4	-91.308
Total	12.442.890	12.278.680	-1,3	-7,2	-164.210

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

Nota:

O Aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.



4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa com Recursos de Caixa apresentou uma queda real de **-9,9%** no exercício de 2016, comparada ao mesmo período de 2015.

Tabela 8: Despesa Empenhada - Poder Executivo / Recursos de Caixa

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil				Variação 2016/2015
	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2016	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	
PESSOAL	4.882.794	4.928.837	0,9	-5,0	46.043
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.285.569	2.074.395	-9,2	-14,6	-211.174
FINANCIAMENTO FUNDAP	504.528	387.006	-23,3	-27,8	-117.522
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	552.398	573.650	3,8	-2,3	21.252
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	235.997	217.541	-7,8	-13,3	-18.455
PAGAMENTO DO PASEP	114.846	110.309	-4,0	-9,6	-4.538
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA ¹	213.130	126.168	-40,8	-44,3	-86.962
Total	8.789.263	8.417.907	-4,2	-9,9	-371.356

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

Nota:

O Aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

As tabelas 9 e 9.1 apresentam as principais despesas com pessoal por fonte (recursos de caixa e todas as fontes, respectivamente).

Tabela 9: Despesa Empenhada com Pessoal e Encargos - Recurso de Caixa - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2016	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2016/2015
Ativos - Vencimentos e Salários	2.090.876	2.064.588	-1,3	-7,1	-26.288
Efetivos	1.962.329	1.949.941	-0,6	-6,5	-12.388
Comissionados	128.548	114.647	-10,8	-16,1	-13.901
Designação Temporária	726.000	652.803	-10,1	-15,4	-73.197
Contribuição Patronal/Aporte	1.815.427	1.970.162	8,5	2,1	154.735
Outras Despesas de Pessoal	250.490	241.283	-3,7	-9,4	-9.207
Pessoal e Encargos	4.882.794	4.928.837	0,9	-5,0	46.043
Precatórios	235.997	217.541	-7,8	-13,3	-18.455
Total da Despesa de Pessoal e Precatórios	5.118.791	5.146.379	0,5	-5,4	27.588

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

Tabela 9.1: Despesa Empenhada com Pessoal e Encargos - Todas as Fontes - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2016	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2016/2015
Ativos - Vencimentos e Salários	2.142.364	2.113.778	-1,3	-7,2	-28.586
Efetivos	2.009.839	1.982.472	-1,4	-7,2	-27.367
Comissionados	132.526	131.306	-0,9	-6,8	-1.219
Designação Temporária	726.245	652.863	-10,1	-15,4	-73.382
Contribuição Patronal/Aporte	1.841.243	2.000.183	8,6	2,2	158.940
Outras Despesas de Pessoal	2.454.731	2.583.471	5,2	-1,0	128.740
Pessoal e Encargos	7.164.583	7.350.295	2,6	-3,5	185.713
Precatórios	235.997	217.541	-7,8	-13,3	-18.455
Total da Despesa de Pessoal e Precatórios	7.400.579	7.567.837	2,3	-3,8	167.257

Fonte: SIGEFES

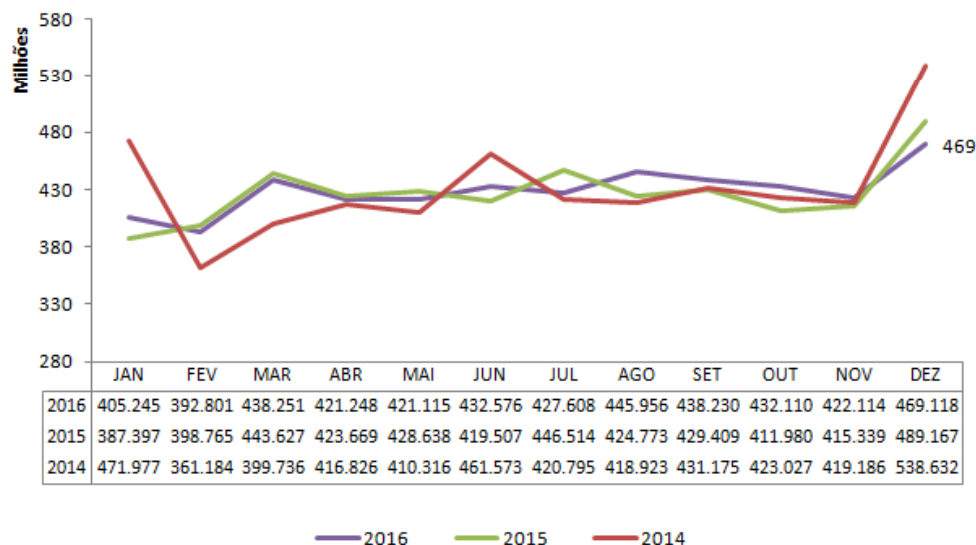
Elaboração: SEFAZ



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

O baixo valor da despesa com pessoal, característico do início do exercício, é decorrente, principalmente, do encerramento de contratos de designação temporária do Magistério, da Saúde e Segurança Pública.

Gráfico 3 – Despesa com Pessoal e Encargos – Recurso de Caixa – Poder Executivo



	R\$ milhões
Janeiro a Dezembro 2016	5.146
Janeiro a Dezembro 2015	5.119
Janeiro a Dezembro 2014	5.173
Janeiro a Dezembro 2010	2.961

Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ



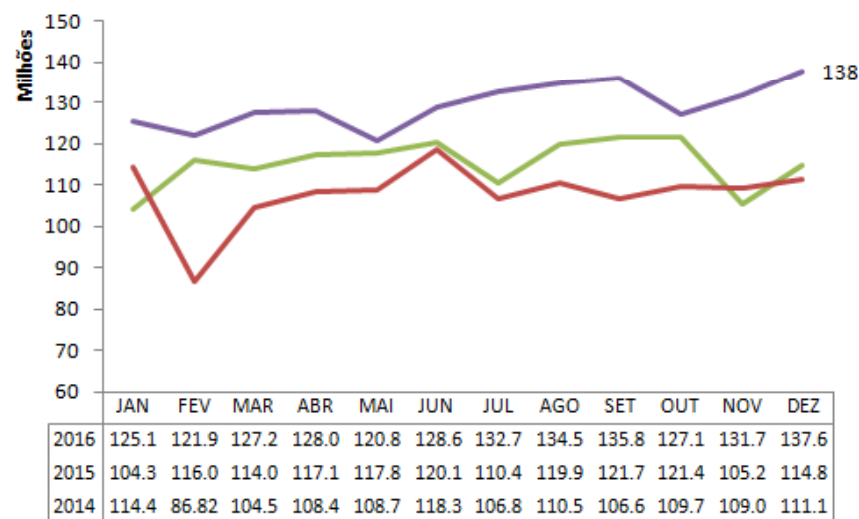
5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

O crescimento do número de aposentados e pensionistas implicou aumento nominal de **12%** dos recursos aplicados na Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS, conhecido como Aporte.

	R\$ milhões
Janeiro a Dezembro 2016	1.552
Janeiro a Dezembro 2015	1.383
Janeiro a Dezembro 2014	1.295
Janeiro a Dezembro 2010	757

Aporte são despesas orçamentárias destinadas à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Financeiro.

Gráfico 4 – Aporte para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS



Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



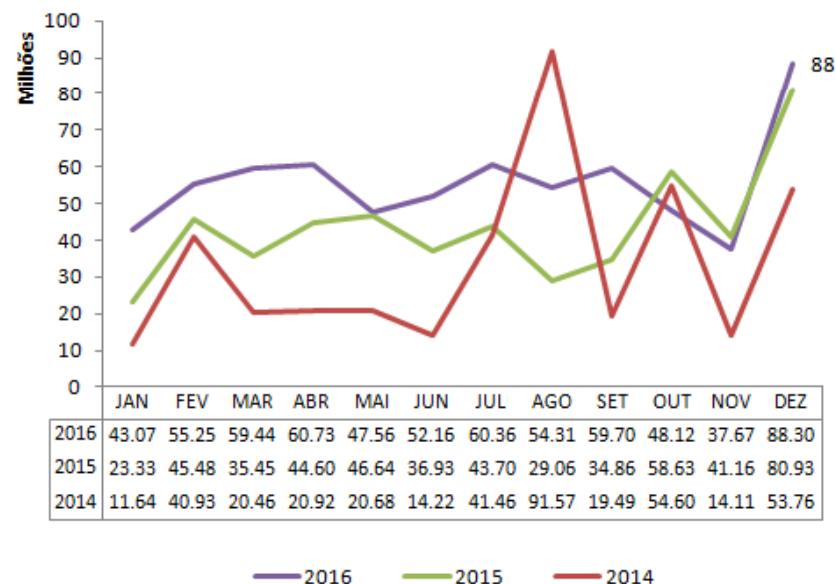
5 – Despesa com Pessoal e Precatórios(PODER EXECUTIVO)

Crescimento ainda mais expressivo (28%) teve o Fluxo de Receitas e Despesas do Fundo Previdenciário que, criado em 2004, se encontra no seu período de acumulação, com mais contribuições recebidas do que benefícios a serem pagos.

	R\$ milhões
Janeiro a Dezembro 2016	667
Janeiro a Dezembro 2015	521
Janeiro a Dezembro 2014	404
Janeiro a Dezembro 2010	114

Nota 1: O aumento de R\$ 50,1 milhões, verificado na receita referente ao mês de agosto/2014, ocorre, basicamente, em virtude do reconhecimento dos rendimentos das aplicações financeiras do RPPS auferidos no período de janeiro a julho/2014, de forma acumulada no mês de agosto/2014. O reconhecimento de tais rendimentos não ocorreu nos respectivos meses de sua ocorrência em decorrência de ausência de definição do critério por parte da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Gráfico 5 – Fluxo Fundo Previdenciário



Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



6 – Despesa com Custeio (PODER EXECUTIVO)

A tabela 10 apresenta a evolução das despesas de Custeio do Poder Executivo com recursos de Caixa.

R\$ milhões	
Janeiro a Dezembro 2016	2.185
Janeiro a Dezembro 2015	2.400
Janeiro a Dezembro 2014	2.254
Janeiro a Dezembro 2010	1.327

Tabela 10: Outras Despesas Correntes - Recurso de Caixa - Poder Executivo

CUSTEIO	R\$ Mil		Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	Variação 2016/2015
	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2016			
Auxílio a Pessoa Física	15.064	637	-95,8	-96,0	-14.427
Auxílio Financeiro a Estudantes e Pesquisadores	28.670	28.846	0,6	-5,3	176
Concessão Faça Fácil - PPP	25.800	20.057	-22,3	-26,9	-5.743
Despesa com Alimentação (Escolar, Prisional, Hospitalar e Outr	140.405	160.596	14,4	7,6	20.191
Despesa com Assistência Social	111.390	101.132	-9,2	-14,6	-10.258
Despesa de Exercício Anterior	159.123	13.230	-91,7	-92,2	-145.894
Despesas com a Frota	47.363	41.653	-12,1	-17,3	-5.711
Despesas com Viagens (Diárias, Passagens e outros)	8.530	7.649	-10,3	-15,6	-881
Estagiários	50.670	28.601	-43,6	-46,9	-22.070
Festividades e Homenagens	3.699	4.494	21,5	14,3	795
Locação de máquinas e equipamentos	9.400	12.438	32,3	24,5	3.038
Locação, Aquisição e Reforma de Imóveis	42.482	52.006	22,4	15,2	9.525
Material de Consumo	15.600	13.893	-10,9	-16,2	-1.707
Material Hospitalar, Farmacológico e Afins	50.414	44.234	-12,3	-17,5	-6.180
outros	178.950	181.220	1,3	-4,7	2.270
Patrocínios, Convênios e Termos de Coop. Técnica	30.812	40.068	30,0	22,3	9.256
Publicidade (Institucional e outros)	33.384	39.647	18,8	11,7	6.264
Seleção e Treinamento	2.455	1.234	-49,8	-52,7	-1.221
Serviço de Apoio Administrativo	64.424	46.342	-28,1	-32,3	-18.082
Serviço de Energia Elétrica	48.727	44.788	-8,1	-13,5	-3.939
Serviço de Telefonia	26.946	15.095	-44,0	-47,3	-11.850
Serviço de Vigilância	107.407	94.681	-11,8	-17,1	-12.726
Serviços de Consultoria	3.873	3.863	-0,3	-6,2	-10
Serviços de Tecnologia da Informação e Impressões gráficas	33.469	31.336	-6,4	-11,9	-2.133
Serviços e Materiais de Limpeza e Conservação	131.864	137.755	4,5	-1,7	5.892
Serviços Médicos e Hospitalares	710.704	750.034	5,5	-0,7	39.330
Subvenção Econômica (Transcol Social, Mão na Roda)	120.512	114.003	-5,4	-11,0	-6.509
Transporte Escolar	83.432	44.864	-46,2	-49,4	-38.568
Total	2.285.569	2.074.395	-9,2	-14,6	-211.174
Obrigações Tributárias e Contributivas (PASEP)	114.846	110.309	-4,0	-9,6	-4.538
Total Geral	2.400.416	2.184.704	-9,0	-14,4	-215.712

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

A Dívida Pública Contratual do Estado é composta por contratos de operações de crédito internas e externas, parcelamento de dívidas previdenciárias e de refinanciamentos de dívidas com a União, que representam, particularmente, o principal componente da dívida.

Tabela 11: Serviço da Dívida

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ Mil			
	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2016	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Parcelamento de Dívidas da Administração Indireta	6.006	5.659	-5,8	-11,4
PRODEST/CEASA	6.006	5.659	-5,8	-11,4
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	502.737	508.744	1,2	-4,8
CEF	56.392	56.736	0,6	-5,3
BNDES	204.123	233.835	14,6	7,8
União - Refinanciamento	163.765	131.402	-19,8	-24,5
Lei 9496	136.742	112.734	-17,6	-22,4
Refinanciamento	63.835	52.627	-17,6	-22,4
Saneamento	72.908	60.107	-17,6	-22,4
Cohab	27.023	18.668	-30,9	-35,0
Baneses	51.209	56.570	10,5	3,9
Parcelamentos: INSS e PASEP	27.248	30.201	10,8	4,3
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	47.861	64.087	33,9	26,0
BID	24.577	37.685	53,3	44,3
BIRD	23.284	26.402	13,4	6,7
Dívida Pública Contratual	556.603	578.490	3,9	-2,2

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Valores Pagos



7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

Nota Explicativa: O aumento nominal de 3,9% nos gastos com juros e encargos da dívida contratual até dezembro de 2016, na comparação com o mesmo período de 2015, decorreu do crescimento no estoque da dívida e da majoração dos indexadores dos contratos de dívida interna e externa.

O período comparativo teve uma evolução nas moedas contratuais URTJLP e UPR, de 1,44% e 2,02% respectivamente.

O incremento nos gastos dos contratos de dívida externa decorreu da evolução de 44% na taxa Libor (aumentou de 1,16% a.a. para 1,68% a.a.).

As liberações de recursos das operações de crédito dezembro de 2015 até dezembro de 2016, que impactaram o saldo da Dívida Consolidada, totalizaram um montante de R\$ 296 milhões, sendo que o contrato do BNDES-PROPAE contribuiu com o montante de R\$ 208 milhões.

Tabela 12: Despesa com Serviço da Dívida

	R\$ Mil			
DÍVIDA PÚBLICA CONTRATUAL	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2016	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Valor Liquidado em serviço da Dívida Pública	556.603	578.490	3,9	-2,2
Principal	253.136	263.895	4,3	-1,9
Juros e Encargos	303.467	314.595	3,7	-2,5
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	502.737	508.744	1,2	-4,8
Principal	212.806	217.044	2,0	-4,0
Juros e Encargos	289.931	291.700	0,6	-5,3
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	47.861	64.087	33,9	26,0
Principal	35.906	42.839	19,3	12,2
Juros e Encargos	11.955	21.248	77,7	67,2
Administração Indireta	6.006	5.659	-5,8	-11,4
Principal	4.425	4.012	-9,3	-14,7
Juros e Encargos	1.581	1.647	4,2	-2,0

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Valores Pagos



8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 13: Limites de Gasto com Pessoal e Encargos

Últimos 12 meses	RCL (R\$ Mil)	Despesa de Pessoal (R\$ Mil)	% Despesa de Pessoal/RCL
LRF	11.884.435	5.149.975	43,3%
TCCES	11.884.435	5.346.028	45,0%
Limite Máximo da RCL %		49,0	
Limite Prudencial da RCL %		46,5	
Limite de Alerta %		44,1	

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 14: Aplicação Mínima em Saúde e Educação

PERÍODO	Até Dezembro/2015	Até Dezembro/2016
	%	%
Aplicação em Saúde (Mínimo 12%)	17,7	16,9
Aplicação em Educação (Mínimo 25%)	27,8	27,1

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Tabela 15: Limites sobre a Receita

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro/2016		2016
	Valores	% Efetivo Limites	Teto
Receita Corrente Líquida:	11.884.435		
Saldo Devedor da Dívida Consolidada Líquida (até 200%)	3.138.581	26,4%	23.768.871
Operação de Crédito no Exercício (até 16%)	295.882	2,5%	1.901.510

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Fazenda



RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL



RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL

O Resultado do Setor Público Estadual possui um conceito mais abrangente de informações pois inclui dados não somente do Poder Executivo, como também dos outros Poderes, suas receitas e despesas, receitas de operação de crédito, receitas próprias das autarquias, fundos, entre outras informações.

Nesta seção serão apresentados os dados dos Resultados Primário e Nominal e um acompanhamento das Metas fixadas para o exercício de 2016.



1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Resultado Primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do Governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas financeiras.

É uma indicação de quanto o Estado economizou ao longo de um período com vistas ao pagamento dos encargos financeiros.



1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Resultado Primário		R\$ Mil		
DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2016	Varição Nominal (%)	Varição Real (%)
RECEITA TOTAL	14.816.084	14.797.830	-0,1	-6,0
DEDUÇÕES	967.485	1.044.467	8,0	1,6
Aplicações Financeiras	576.009	743.089	29,0	21,4
Operações de Crédito	391.423	299.084	-23,6	-28,1
Alienação de Bens	53	2.294	4.235,0	3.978,5
RECEITA PRIMÁRIA (1)	13.848.599	13.753.363	-0,7	-6,6
DESPESA TOTAL	14.198.748	14.015.285	-1,3	-7,1
DEDUÇÕES	556.603	578.490	3,9	-2,2
Juros e Encargos da Dívida	303.467	314.596	3,7	-2,5
Amortização da Dívida	253.136	263.895	4,3	-1,9
DESPESA PRIMÁRIA (2)	13.642.145	13.436.795	-1,5	-7,3
RESULTADO PRIMÁRIO (1 - 2)	206.454	316.568		

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Se Positivo

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Poupança antes de pagar
as Obrigações Financeiras

Se Negativo

DÉFICIT PRIMÁRIO

Obrigações Financeiras a
descoberto



2 – Resultado Nominal (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Corresponde a variação total da dívida fiscal líquida de um determinado período. Em 2016, houve uma redução na dívida fiscal líquida de R\$ 290 milhões.

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Mil	
	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016
DÍVIDA CONSOLIDADA	7.034.528	6.809.780
DEDUÇÕES	3.285.909	3.671.199
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.507.587	2.618.327
Demais Haveres Financeiros	1.020.173	1.329.936
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	241.851	277.064
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	3.748.619	3.138.581
PASSIVOS RECONHECIDOS	957.604	637.446
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	2.791.015	2.501.136
RESULTADO NOMINAL NO PERÍODO	275.958	-289.880

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

SE POSITIVO

Dívida Fiscal Líquida
aumentou

SE NEGATIVO

Dívida Fiscal Líquida
diminuiu



3 – Acompanhamento das Metas Fiscais (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Quadro de Acompanhamento de Metas Fiscais

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	até Dezembro 2015	até Dezembro 2016	Meta LDO
RESULTADO PRIMÁRIO	206.454	316.568	-967.931
RESULTADO NOMINAL	275.958	-289.880	858.350

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Fazenda



ANEXO I

PAINEL DOS RESULTADOS DO TESOUREO ESTADUAL



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Fazenda



ANEXO I



1 – Painel dos Resultados do Tesouro Estadual

O Painel dos Resultados do Tesouro Estadual apresenta de forma sintética um panorama geral e abrangente das Finanças do Estado, abordando a evolução das Receitas e o comportamento das Despesas. Demonstra, ainda, os principais indicadores de Resultados do Tesouro, as Despesas de Pessoal como proporção da Receita Corrente Líquida e os mínimos constitucionais de aplicação em Saúde e Educação.



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Fazenda



Em R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	REPROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016	REALIZADO - ATÉ DEZ 2015	2016 / 2015 %	
		ATÉ DEZ		NOMINAL	REAL
1. RECEITA TOTAL	16.130.392	14.797.830	14.816.084	-0,1%	-6,0%
1.1 RECEITAS DE IMPOSTOS E TAXAS	11.723.338	10.515.374	11.183.793	-6,0%	-11,5%
ICMS - Exceto FUNDAP	8.922.345	8.070.611	8.301.039	-2,8%	-8,5%
ICMS FUNDAP	817.520	534.730	708.497	-24,5%	-29,0%
TAXAS	624.643	574.857	564.013	1,9%	-4,1%
IRRF	601.600	588.049	590.212	-0,4%	-6,3%
IPVA	481.914	470.629	457.812	2,8%	-3,3%
DÍVIDA ATIVA, JUROS, MULTAS E CORREÇÃO MONETÁRIA	220.578	221.445	486.179	-54,5%	-57,1%
ITCD	54.739	55.054	76.041	-27,6%	-31,9%
1.2 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	4.321.073	4.544.120	4.535.476	0,2%	-5,7%
COTA-PARTE ROYALTIES E PART. ESPECIAL	937.590	970.711	1.358.568	-28,5%	-32,8%
COTA-PARTE DO FPE	1.190.150	1.369.327	1.145.732	19,5%	12,4%
RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO - FNDE / FUNDEB	1.088.602	973.700	1.006.696	-3,3%	-9,0%
RECURSOS PARA A SAÚDE - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	571.922	579.333	552.751	4,8%	-1,4%
COTA-PARTE DO IPI	276.717	268.294	270.435	-0,8%	-6,7%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	118.535	135.121	68.019	98,7%	86,9%
AUXÍLIO FINANCEIRO - FEX E LEI KANDIR	137.557	247.635	133.275	85,8%	74,8%
1.3 RECEITAS DO INST. DE PREVIDÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO	3.066.276	2.847.183	2.563.458	11,1%	4,5%
RECEITA PARA COBERTURA DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO	1.884.471	1.570.964	1.398.583	12,3%	5,7%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - EMPREGADOR	635.600	578.902	588.367	-1,6%	-7,4%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - EMPREGADO	381.182	366.839	367.958	-0,3%	-6,2%
REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA (IPAJM)	165.023	330.478	208.550	58,5%	49,1%
1.4 OUTRAS RECEITAS (VOLUNTÁRIAS E OUTRAS)	642.879	897.548	681.875	31,6%	23,8%
1.5 RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.148.368	299.084	391.423	-23,6%	-28,1%
1.6 (-) RECEITAS TRANSFERIDAS	4.771.543	4.305.479	4.539.941	-5,2%	-10,8%
REPASSE CONSTITUCIONAL AOS MUNICÍPIOS	2.912.938	2.595.952	2.771.501	-6,3%	-11,9%
APORTE DE RECURSOS PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	1.858.605	1.709.527	1.768.440	-3,3%	-9,1%
1.A - RECEITAS VINCULADAS	5.711.532	4.693.722	4.394.237	6,8%	0,5%
1. B - RECEITA DE CAIXA DO TESOURO ESTADUAL	10.418.860	10.104.108	10.421.847	-3,0%	-8,8%

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Fazenda



Em R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	REPROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016	REALIZADO - ATÉ DEZ 2015	2016 / 2015 %	
		ATÉ DEZ		NOMINAL	REAL
2. DESPESA DE CAIXA	10.539.466	10.256.907	10.529.989	-2,6%	-8,4%
2.1 DESPESA DE CAIXA - REPASSE DE DUODÉCIMOS AOS PODERES	1.839.000	1.839.000	1.740.726	5,6%	-0,6%
2.2 DESPESA DE CAIXA - PODER EXECUTIVO*	8.700.466	8.417.907	8.789.263	-4,2%	-9,9%
PESSOAL	4.994.883	4.928.837	4.882.794	0,9%	-5,0%
OUTRAS DESP. CORRENTES - Exercício Atual	1.854.671	2.061.166	2.126.446	-3,1%	-8,8%
OUTRAS DESP. CORRENTES - Exercícios Anteriores	22.488	13.230	159.123	-91,7%	-92,2%
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	198.172	126.168	213.130	-40,8%	-44,3%
FINANCIAMENTO FUNDAP	488.789	387.006	504.528	-23,3%	-27,8%
AMORTIZAÇÃO E JUROS DA DIVIDA	693.283	573.650	552.398	3,8%	-2,3%
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	252.112	217.541	235.997	-7,8%	-13,3%
PAGAMENTO DO PASEP	128.809	110.309	114.846	-4,0%	-9,6%
2.3 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	67.259	0	0	-	-
3. RESULTADOS					
3.1 PODER EXECUTIVO					
RESULTADO DO TESOUREO ESTADUAL	-120.606	-152.799	-108.142	41,3%	32,9%
3.2 SETOR PÚBLICO ESTADUAL					
RESULTADO PRIMÁRIO (Meta LDO 2016: R\$ -967.931 mil)	-959.881	316.568	206.454	53,34%	44,3%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO TOTAL		782.545	617.335	26,8%	19,3%
RESULTADO NOMINAL (Meta LDO 2016: R\$ 858.350 mil)		-289.880	275.958	-205,04%	-198,8%
4. INDICADORES					
INVESTIMENTO/INV FINANCEIRA exceto financ fundap (Rec de Todas as Fontes)		581.723	666.846	-13%	-18%
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (Conceito LRF - 12 meses)		5.149.975	5.185.589	-0,7%	-6,6%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Conceito LRF - 12 meses)	11.965.072	11.884.435	11.951.595	-0,6%	-6,4%
RELAÇÃO DESPESA DE PESSOAL/ RCL		43,3	43,4%		
RELAÇÃO DESPESA DE PESSOAL/ RCL - Método TCEES		45,0	44,9%		
APLICAÇÃO EM SAÚDE (Mínimo 12%)		16,9	17,7%		
APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO (Mínimo 25%)		27,1	27,8%		

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria da Fazenda



SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Paulo Roberto Ferreira

SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO ESTADUAL

Gustavo Lisboa Cruz

GERENTE DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO

Bruno Pires Dias

GERENTE GERAL DE FINANÇAS DO ESTADO

Daniel Correa

GERENTE DE POLÍTICA FISCAL E DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO

Marco Antonio Rocha Lima Guilherme

SUBGERENTE DE POLÍTICA FISCAL

Ighor David Dias

SUBGERENTE DE INFORMAÇÕES FISCAIS E CONTABILIDADE DE CUSTO

Alan Johanson

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Assessoria Técnica Fazendária

Marcos Antonio Bragatto

Pedro de Oliveira

Subgerência de Política Fiscal

Amílcar José Carvalho

Eliziane Bortolotti Lorenzon

Rudisom Rodrigues de Paula

RESULTADO DO TESOIRO ESTADUAL é uma publicação periódica da Subsecretaria do Tesouro Estadual, elaborada pela Assessoria Técnica Fazendária e pela Gerência de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado. Para garantir a atualidade da divulgação deste relatório, informamos que os dados estão sujeitos a revisão.